



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Apresentação: 04/12/2023 17:16:34.357 - Mesa

RIC n.2946/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança)

Solicita ao Sr. Jorge Messias, Ministro da Advocacia-Geral da União, informações acerca dos acordos de leniência firmados com as empresas envolvidas na operação Lava Jato.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base nos arts. 50, § 2º, e 70 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministério da Advocacia-Geral da União as seguintes informações acerca dos acordos de leniência firmados com as empresas envolvidas na operação Lava Jato:

1. Quais empreiteiras envolvidas na operação Lava Jato deixaram de pagar as multas pactuadas em acordos de leniência com a AGU e a CGU? Solicitamos envio de lista com os nomes, as parcelas em atraso e os valores.
2. Qual é o papel da AGU nesse processo de revisão dos acordos de leniência?
3. Quais empresas envolvidas solicitaram revisão dos seus respectivos acordos? Qual o andamento de cada pedido dentro do ministério?
4. Qual é o procedimento da AGU para analisar os pedidos de revisão dos acordos de leniência? Quais critérios objetivos devem ser considerados ao avaliar se os pedidos de revisão são viáveis?

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippedeorangebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239402898300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança



* C D 2 3 9 4 0 2 8 9 8 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Apresentação: 04/12/2023 17:16:34.357 - Mesa

RIC n.2946/2023

5. Como a AGU garante a transparência no processo de revisão e nas negociações com as empresas?
6. Quais foram ou serão as sanções aplicadas às empresas pelo descumprimento dos acordos?
7. Como a AGU faz o acompanhamento dos acordos de leniência? Como o órgão fiscaliza o cumprimento, ou não, dos acordos celebrados?
8. A imprensa veiculou que a “onda” de pedidos de revisão dos acordos ocorreu após aprovação do presidente Lula.¹ Houve pressão por parte do presidente da República nesta pasta para aprovação das revisões ou até perdão das multas?

JUSTIFICAÇÃO

O portal “O Bastidor” divulgou a existência de um movimento coordenado entre as empreiteiras envolvidas na operação Lava Jato para buscar revisão em seus respectivos acordos de leniência pactuados com a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União. O movimento teria ganhado força após suposto aval do presidente Lula.

Várias empreiteiras, com multas bilionárias a serem pagas, passaram a deixar de pagar o que foi acordado com o governo brasileiro. Os acordos, somados, alcançam o montante de 7 bilhões de reais. A matéria revela que seis ads construtoras já possuem parcelas em atraso: OAS, Nova Participações (ex-Engevix), Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Novonor (ex-Odebrecht) e UTC². Destas, algumas entraram com pedidos de revisão.

Assim, diante da seriedade do caso, solicitamos informações oficiais dos órgãos envolvidos acerca dos acordos firmados, bem como a situação de cada um e a possível aplicação de sanções às empresas que descumpriram o que foi

1 <https://obastidor.com.br/justica/a-anistia-do-cartel-das-empreiteiras-6529>

2 Idem.



* C D 2 3 9 4 0 2 8 9 8 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Apresentação: 04/12/2023 17:16:34,357 - Mesa

RIC n.2946/2023

pactuado. Ademais, é necessário entender se existem pressões externas ou orientações políticas nos processos de revisão. É fundamental que haja independência, imparcialidade e integridade nesses procedimentos.

A evidente cruzada contra a operação Lava Jato não pode apagar nem negar o passado: bilhões de reais do povo brasileiro foram desviados em esquemas de corrupção complexos, envolvendo a Petrobras, políticos e empreiteiras. É crucial que a AGU não permita que a impunidade prevaleça novamente.

Ante o exposto, solicitamos o envio do presente requerimento de informação ao Ministro da Advocacia-Geral da União.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 2023.

**Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA
PL/SP**

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippedeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239402898300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança



* C D 2 3 9 4 0 2 8 9 8 3 0 0 *